

PORTARIA Nº 22/2026.

Publicada em 15/05/2026 no Diário Eletrônico do TCE-PR nº 3673, p. 61.

Procedimento de Apuração Preliminar nº 20/2026

CONSIDERANDO a Instrução de Serviço nº 71/2021, que regulamenta o Procedimento de Apuração Preliminar no âmbito do Ministério Público de Contas do Paraná;

CONSIDERANDO o dever do Ministério Público de Contas na promoção da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais no âmbito do controle externo da gestão pública;

CONSIDERANDO as informações relevantes contidas na Notícia de Fato nº 16/2026 que apontam para possível irregularidade dos atos praticados pelo Município de Mandaguari, consistentes na utilização excessiva de contratações temporárias por meio de Processos Seletivos Simplificados (PSS)

RESOLVE:

I - Instaurar Procedimento de Apuração Preliminar – PAP nº 20/2026, no intuito de verificar a ocorrência de irregularidades consistentes na utilização excessiva de contratações temporárias por meio de Processos Seletivos Simplificados (PSS)

II - Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Instrução de Serviço nº 71/2021, ficam os integrantes do Núcleo de Análise Técnica do Ministério Público de Contas autorizados a promover todas as diligências necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos e à instrução do Procedimento, podendo, inclusive, solicitar informações e documentos, por quaisquer meios de comunicação, resguardadas as competências exclusivas dos membros do Ministério Público de Contas para a produção de prova testemunhal e para firmar requisições.

III - Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias úteis para apresentação do relatório conclusivo sobre os fatos objeto de apuração.

Publique-se, registre-se e autue-se.

Curitiba, 14 de maio de 2026

Gabriel Guy Léger
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
